



Gabinete da Presidência

Lisboa, 6 de Maio de 2011

Exmos Senhores

José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia;

Olli Rehn, Comissário Europeu;

Jean-Claude Trichet, Banco Central Europeu;

Dominique Strauss-Kahn, Fundo Monetário Internacional.

Junto envio declaração relativa ao programa apresentado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Com os meus melhores cumprimentos, 

Paulo Portas



Presidente



Gabinete da Presidência

Declaração

Fiz na passada noite de 4 de Maio uma declaração aos portugueses em que expressei o suporte do CDS ao programa apresentado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Portugal está numa situação de emergência. É preciso evitar o risco de insolvência do Estado e dos seus compromissos; é preciso evitar o risco de uma ruptura no sistema bancário nacional que afectaria o financiamento da economia e lesaria gravemente os salários, as reformas, os depósitos, as poupanças e os empréstimos dos portugueses. E, tendo ainda em conta que é imperativo promover uma verdadeira recuperação económica, reduzir a fractura social e restabelecer a confiança internacional, considerarei, em nome do CDS, que o pedido de ajuda externa se tinha tornado inevitável e que o dever de um partido responsável é cumprir as metas e os objectivos estabelecidos no programa.

É particularmente importante garantir o suporte relativamente às metas de consolidação orçamental, estabilização do sistema financeiro e efectiva realização das reformas estruturais – que aliás, em nosso entendimento, podiam e deviam ter sido decididas e realizadas, pelas instituições soberanas do nosso País, a bem do interesse nacional.

Estamos cientes que caberá também ao próximo Governo, garantindo a efectiva promoção de reformas estruturais, ir mais longe ser mais concreto e audaz, por exemplo em matérias como a redução dos institutos públicos, fundações públicas, agências públicas, empresas públicas de âmbito central, regional ou local; dinamizar a reforma do sistema de justiça; definir de uma nova política de educação baseada na exigência e na qualificação dos mais novos; garantir uma verdadeira reforma na concorrência, com uma refundação das autoridades reguladoras; reduzir a despesa com medicamentos através da prescrição pelo princípio activo e o acesso aos genéricos e à unidose; facilitar a contratação no mercado de trabalho; garantir o investimento e o aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis com especial destaque para a agricultura e pescas; e suspender, mediante soluções jurídicas adequadas, grandes projectos que aumentem o endividamento nacional.

Recordo que comuniquei à Missão que - não pondo em causa as metas e objectivos do programa - no quadro dos contactos trimestrais, ou da evolução das condições económicas, há aspectos que, em nosso entender, podem e devem merecer melhor solução nomeadamente:

- em matéria de IRS, reformar o sistema com menos taxas, menos escalões, menos excepções, visando um imposto mais amigo das famílias, para compensar uma perda nas deduções familiares;



Gabinete da Presidência

- em matéria de IRC, promover um sistema de créditos fiscais às PME's que mais empreguem, exportem ou reinvestam na sua capacidade produtiva, visando compensar a perda de alguns benefícios e tendo em conta a neutralidade do ponto de vista orçamental;
- no desagravamento da Taxa Social Única a fazer no momento adequado, para apoiar a recuperação económica e o emprego, procurar uma solução cujo financiamento seja principalmente obtido nas disponibilidades da Segurança Social;
- ter especial cuidado nos regimes do IMI e IMT salvaguardando que o essencial é a promoção do mercado de arrendamento;
- no programa de privatizações ter em atenção a imperativa necessidade de garantir uma verdadeira e saudável concorrência nos respectivos mercados.

Tenho a certeza que os portugueses conseguirão, juntos enquanto Nação, ultrapassar este momento difícil.

Paulo Portas

Presidente